

A política do hip hop nas favelas brasileiras

Heloísa Buarque de Holanda*

Um dos fenômenos mais alarmantes deste início de século são os números da progressiva favelização e desemprego, muitas vezes também chamados de “humanidade excedente”, especialmente em países em desenvolvimento. Segundo Mike Davis, no livro *The planet of slums*, um estudo bastante impressionante, a população favelada, aferida pelo UN-Habitat Report, cresce hoje 25 milhões de pessoas por ano. Esse mesmo relatório avalia que os novos pobres periurbanos e suas comunidades informais ou favelas serão em 2020 cerca de 45% a 50% do total dos moradores da cidade.

Esse Big Bang da pobreza urbana parece diretamente ligado às políticas financeiras pós-consenso de Washington, quando o FMI e o Banco Mundial usaram a alavancagem da dívida para reestruturar a economia do Terceiro Mundo, promovendo o que chamamos de “a violência do ‘ajuste’ e recuo do Estado”.

No Brasil, os números não são menos dramáticos. A população que vive em favelas ou “aglomerados subnormais” cresceu 45% nos últimos anos, três vezes mais que a média do crescimento demográfico do país. Hoje, temos 51,7 milhões de favelados, resultado de uma trágica equação de mercado, tornando o Brasil o país com a terceira maior população favelada do mundo, atrás apenas de Índia e China.

Apesar dessas alarmantes estatísticas, é possível identificar algumas respostas muito interessantes a esse cenário, sem dúvida, sombrio. As respostas são várias, especialmente em periferias de países em desenvolvimento. Meu foco nestas observações será o caso brasileiro e os possíveis usos da cultura no quadro dos ajustes econômicos globais.

Uma das mais interessantes reações ao recuo do Estado no que diz respeito às políticas sociais é o caso dos processos de atuação que se desenvolvem na cultura do hip hop tal como vêm sendo praticados nas favelas e comunidades de baixa renda no Brasil.

O hip hop, nascido na Jamaica e “criado” nos EUA, adquire algumas características locais bastante específicas, resultando em novas formas de organização comunitária e intervenção por meio da procura de novos sentidos e efeitos para a produção e para o consumo culturais. Podemos pensar no conceito de *cultura como recurso*, no sentido que George Yúdice utiliza em seu livro seminal, *The expediency of culture: uses of culture in the global era*. Yúdice discute as novas formas de

*Heloísa Buarque de Holanda é coordenadora do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ, diretora da Aeroplano Editora e do Instituto Projetos e Pesquisa.

gerenciamento da cultura no mercado globalizado e sua relação direta com o desenvolvimento social e econômico e com a construção da experiência cidadã. Na mesma pista, Jeremy Rifkin cria a noção de *capitalismo cultural* referindo-se a um conceito de cultura já bem distante da noção moderna tradicional de cultura como uma experiência privilegiada e transcendente.

O nosso hip hop vai nessa direção. Antes de mais nada, é importante esclarecer que o hip hop, nas periferias urbanas das metrópoles brasileiras, é mais abrangente do que sua forma original norte-americana, composta tradicionalmente pelo rap, grafite, MCs e *break dance (b-boys)*. No Brasil, o hip hop, além desses, agrega a literatura (uma tendência muito forte e prestigiada do nosso hip hop), algumas formas de competição esportiva como o basquete de rua e, o que me parece mais interessante, o conhecimento. A partir da necessidade política de valorização da história local e das raízes culturais do hip hop, podemos observar nas comunidades hip hop brasileiras um investimento bastante significativo nas formas de aquisição e produção de conhecimento, realizado de maneiras cada vez mais amplas e diversificadas, incluindo aqui um real aumento na taxa de entrada desses artistas em instituições de educação formal de ensino médio e superior.

Diferenças à parte, o que une e define o hip hop no Brasil é a criação de um conjunto de ações mediadas pela cultura, buscando a transformação de suas comunidades. Essa *atitude* (como é chamada) é agora experimentada simultaneamente como arte e ativismo. Chama atenção ainda que a jovem cultura negra do hip hop parece agora mais descompromissada com uma cultura focada em suas raízes (ainda que estas sejam um elemento central dessa produção), sendo assim capaz de articular um fórum supranacional de jovens pobres e pretos que levantam a bandeira da resistência. Essas articulações transnacionais tal como vêm sendo realizadas pelo hip hop aumentam sensivelmente a força e o poder para suas demandas específicas, ecoando de alguma forma o tom mais sofisticado dos Fóruns Sociais Mundiais.

Dois exemplos, de naturezas diferentes, da força dessa nova cultura periférica são: primeiro, o Grupo Cultural AfroReagge; segundo, o impacto da criação e do consumo da literatura nessas comunidades (falo especialmente do trabalho dos escritores Ferréz, Sergio Vaz e Alessandro Buzo, e do surpreendente poder de mobilização da literatura hip hop). Esses são apenas dois entre os muitos casos que podem ser encontrados no panorama das favelas brasileiras.

É importante lembrar que, desde a década de 1980, as favelas brasileiras são dominadas pelo narcotráfico, o que tende a desmobilizar as possíveis articulações de organizações de base nessas comunidades.

Cultura e narcotráfico – O AfroReggae é uma ONG criada pelo impacto, na imprensa e sociedade civil, gerado por um confronto sangrento entre os chefes do

narcotráfico e a polícia que terminou com um terrível massacre de 21 inocentes, no dia seguinte ao embate, percebido por todos como uma vingança da polícia. Os moradores inauguraram, e desenvolvem desde então, uma estratégia singular cuja meta é retirar os jovens do trabalho com o narcotráfico por meio do estímulo à produção cultural nessa comunidade.

Esse uso estratégico da cultura, hoje fartamente utilizado nas favelas brasileiras, inicialmente para enfrentar o império do narcotráfico nessas regiões, desenvolve-se e amplia-se no sentido dos usos da cultura como fator de geração de renda, de alternativa ao desemprego progressivo, de estímulo à auto-estima, de afirmação da cidadania e, conseqüentemente, de demanda por direitos políticos, sociais e culturais nessas comunidades.

O caso AfroReggae é exemplar nesse sentido. Em 15 anos de atividades, conseguiu beneficiar mais de sete mil jovens por meio de 72 projetos político-socioculturais no Brasil e no exterior; 13 subgrupos artísticos, cinco ONGs apoiadas no Brasil e uma no exterior (Colômbia). Sua ação vem sendo expandida com a coordenação de mais quatro núcleos de cultura em outras favelas do Rio de Janeiro, disseminando sua metodologia e a missão de promover a inclusão e a justiça social, utilizando a arte e a educação como ferramentas.

Além disso, o AfroReggae, com o apoio da Unesco, exporta suas tecnologias sociais e *expertise* em gestão de conflito, usadas inicialmente no controle dos embates de facções de traficantes rivais, para casos de conflito na Índia, Londres e Colômbia.

A forma de ação distintiva desses novos projetos sociais é uma atitude proativa, agindo a partir e para a comunidade. Trata-se de atitude que surge agora, com maior eficácia, no lugar das velhas políticas de reação, oposição e denúncia de abandono do Estado. Ela privilegia a ação pedagógica em lugar do confronto agressivo, com excelentes resultados para as comunidades pobres. De forma mais geral, o que é reivindicado é o acesso à cultura, visto como um direito básico de todos os cidadãos e identificado como uma das grandes carências dessas comunidades e fator estratégico de qualquer projeto de transformação social.

Algumas prioridades são estabelecidas nessas ações culturais. Uma delas é a conquista de visibilidade por meio de divulgação intensiva da informação sobre a condição de vida nas favelas, os desejos e as demandas dos habitantes dessas comunidades. O rap é a mídia mais agressiva para a conquista da visibilidade, ganhando aqui um status de luta. Além do rap, toda a cultura produzida na favela parece ter esse compromisso com a potencialização das ações de disseminação da informação.

Outro objetivo importante do investimento político na cultura por esses atores é a formação de quadros nas áreas da cultura e do desenvolvimento da capacidade de se situar no mercado de trabalho, a partir de uma pedagogia de formação do empreendedor

engajado. Engajado porque se cria um compromisso para a redistribuição dos saberes adquiridos e para a formação de novos quadros nas comunidades de origem.

Empreendedorismo e literatura – O exemplo de Ferréz vai nos interessar aqui porque é o caso de uma ação individual na favela do Capão Redondo, uma das mais violentas do país. Ferréz, que assume publicamente o compromisso de sua literatura em estilo e em ativismo com o movimento hip hop, é autor de vários livros (como *Capão pecado*, *Manual prático do ódio*, *Ninguém é inocente em São Paulo*, *Os inimigos não mandam flores*) e exerce uma forte liderança entre seus “brothers” – como se denominam os habitantes de uma mesma favela. Organizou números especiais da revista *Caros Amigos*, chamados *Literatura Marginal*, que reúnem e publicam diversos escritores da periferia, abrindo assim espaço para os talentos locais. Graças à projeção que sua literatura ganhou, Ferréz faz uma campanha pelo direito à cultura nas comunidades pobres e cria, em parceria com o rapper Mano Brown, o movimento 1 DASUL, uma empresa cultural que, entre várias frentes de ação, tem sua produtora de CD e uma marca de roupas chamada Irmandade. Hoje, essa confecção ocupa mais de 200 metros quadrados e incorpora mais duas outras confecções, produzindo uma média de 400 peças por dia. A marca, caracterizada por ilustrações que denunciam a injustiça social, tem uma loja no centro de São Paulo e distribuição em sete estados brasileiros, além de deter os direitos de comercialização de outros seis grupos de rap. A grife publica ainda panfletos antidrogas e planeja a criação de uma clínica para dependentes químicos na favela do Capão Redondo.

Outros dois casos notáveis do papel instrumental da literatura como fator de mobilização dos direitos culturais de uma comunidade são o “Cooperifa”, do poeta Sergio Vaz; e o projeto de literatura de Alessandro Buzo, coordenador do movimento “Favela Toma Conta”. A Cooperifa – Cooperativa Cultural da Periferia, nos arredores do Capão Redondo, São Paulo, foi criada há sete anos por Sergio Vaz. Desde então, Vaz promove os hoje famosos saraus da Cooperifa, nos quais já foram lançados mais de 40 livros de poetas e escritores da periferia, além de dezenas de discos. Os saraus acontecem todas as quartas-feiras no bar Zé do Batidão e congregam uma média de 500 pessoas por semana para ouvir e declamar poesia. Os efeitos da Cooperifa são vários, e por meio da poesia muitos começaram a se interessar pela leitura, pela criação poética e pelo ingresso na educação formal de jovens e adultos. Vaz é um ativista da poesia e já tem cinco livros publicados, entre eles *Subindo a ladeira mora a noite* e *Colecionador de pedras*. A Cooperifa tem ainda o projeto de levar a poesia para as escolas da periferia de São Paulo. Por esse trabalho inovador, Sergio Vaz ganhou o prêmio Educador Inventor, concedido pela Unesco e pelo Projeto Aprendiz.

Alessandro Buzo é o cronista da periferia mais popular do Itaim Paulista, comunidade pobre a 38 quilômetros do centro de São Paulo. Escreveu os livros *O trem – Baseado em fatos reais* (2000), *Suburbano convicto – O cotidiano do Itaim Paulista*

(2004) e *Guerreira* (2007). Além da militância de divulgação da leitura e da luta pelos direitos culturais de acesso ao livro, Buzo fundou o movimento “Favela Toma Conta”, uma articulação do hip-hop com a literatura e a preocupação com a realidade das comunidades pobres do país, mantendo o compromisso político de fortalecimento da auto-estima dos moradores do Itaim e procurando a mobilização de seus pares por meio das práticas artísticas. Buzo inaugurou na sua comunidade a loja Suburbano Convicto, onde são vendidos livros, roupas, CDs e DVDs, transformando de certa forma o cenário cultural de sua favela, e promove eventos regulares como o “Suburbano no Centro” e “Encontro com o Autor”.

Pela primeira vez, como comprovam apenas esses dois exemplos pontuais, a palavra literária ganha espaço político real e efetivo nas lutas pelos direitos e pela igualdade socioeconômica.

Examinando o quadro político-cultural das favelas brasileiras fica clara a necessidade urgente de novos paradigmas para a análise desses fenômenos e a importância da multifuncionalidade das práticas culturais no mundo de hoje.

Se durante dois séculos assistimos ao triunfo da economia sobre a política, hoje as questões culturais, aquecidas pelos crescentes conflitos sociais e pelo impacto das possibilidades de produção e articulação proporcionadas pelas novas tecnologias digitais, começam a se impor como eixo, político por excelência, das formas emergentes de práticas políticas. É nesse sentido que os direitos culturais vêm sendo uma demanda nova e significativa no panorama político e econômico global.

Como sugere Alain Touraine, a potencialidade e a diversidade dos usos da cultura hoje em dia começam a apresentar, como desdobramento criador do “indivíduo moderno”, o nascimento de um novo sujeito-cidadão, um sujeito de direitos que vem buscando se constituir como ator livre por meio da luta por seus direitos políticos, sociais e culturais.